



O botelhom como excusa

Julho de 2006

Xane Rios (militante independentista)

Nos últimos meses de 2005 e desde princípios de 2006, tivemos a oportunidade de assistir a umha nova função de teatro informativo, que leva sendo retomada e deixada em função das necessidades do momento, e que pretendia analisar a "problemática" do botelhom. Este nome deixa de ser o agir acostumado das empresas de comunicação audiovisual, que vendem este tipo de produtos do mesmo jeito que cortinas de fumo mediáticas estilo o "debate" sobre o matrimónio homosexual ou a aprovação dum novo estatuto autonomista. Estes "grandes temas" de discussão, que tanto afanam a articulistas e políticos institucionais, som disfarçados como debates de fundo quando em realidade o posicionamento num ou outro lado dificilmente vai a trazer umha mudança substancial (nem num caso o sistema vigente vai a deixar as agressões homofóbicas contra os colectivos GLTB nem a Galiza vai a poder decidir nada mais do que permitam os limites da constituição militar de 1978).

Um claro exemplo disto podemos encontrá-lo no botelhom, na legislação que está a ser aprovada contra centos de miles de jovens em todo o estado espanhol, em mais um ataque às liberdades básicas, neste caso de reunião e ócio, da juventude.

Nos últimos meses, miles de jovens se reúnem em parques e praças de diferentes cidades da Galiza. Viveiro, Compostela, O Grove, Vigo, A Corunha, Vilagarcía, Ponte Vedra, Lugo, Ferrol e Ourense fôram algumas das cidades elixidas para a realização do que se deu em chamar nos media "macrobotelhons", é dizer, convocatórias espontâneas da juventude para reunirem-se de jeito massivo em determinadas zonas da cidade que nom som as permitidas polo concelho, com o objectivo de divertirem-se e protestarem contra um organismo alheio que diz representá-los, mas que pola contra só sabe tildá-l@s de "vándal@s" e "drogadict@s".

Estas reuniões tenhem provocado umha onda de manifestações reaccionárias e de forte conteúdo autoritário em diversos cárragos políticos, amplificadas em jornais e televisões que aproveitáram a ocasião para aprofundar na campanha de intoxicação mediática contra a juventude iniciada desde inícios deste ano. Alcaldes e concelheiros pugêrom o berro no céu ante a insolência da juventude ao reclamarem para sim espaços públicos nos que poder desenvolver o seu tempo de ócio. Guelherme Vásques, concelheiro de segurança de Ponte Vedra do BNG, apressurou-se a expressar ante as convocatórias juvenís que se reforçaria o controlo policial nessas zonas, sublinhando de novo a ideia implícita de que a juventude somos delinqüentes em potência que devemos ser vigiad@s. Melchor Roel (PSOE) e Lôpes Orozco (PP), alcaldes de Viveiro e Lugo respectivamente coincidem também ao considerar estes botelhons como umha provocação. No caso do alcaide de Lugo, nom duvidou em pedir umha reforma do Código Penal para castigar aos/às supost@s vándal@s (é dizer, nós, a juventude).

Todas estas declarações nom caírom em saca rota, já que a ministra espanhola de Sanidade e Consumo, Elena Salgado, anunciou já que se está a estudar a implantação dumha normativa comum a todas as comunidades. Nom esquezamos que noutros territórios do estado espanhol é ilegal beber alcol na rua, acavando algumas das convocatórias estatais em enfrontamentos com a polícia e distúrbios.

É escandalosa a hipocrisia destas vozes supostamente democráticas, que se alçam airadas contra um facto totalmente normal: A utilização de espaços públicos por parte da juventude. Já nom é que se nos esteja marginalizando a determinadas praças das nossas cidades para que "nom molestemos", é que se nos nega o direito a reunir-nos onde decidamos, ao mais puro estilo da ditadura franquista, alegando que somos potencialmente perigos@s, que nom nos controlamos, que somos um perigo público que deve ser vigiado e intimidado pola polícia local e nacional, polas forças antidistúrbios, etc. As cidades nas que vivemos deixam de ser nossas.



Assim, a resposta policial não se faz esperar: Em todas as cidades se instalam dispositivos de seguimento policial, como exemplo temos Compostela, onde a polícia como braço executor de Sánchez Bugalho negou o acesso à praça do Obradoiro, impedindo o livre trânsito de jovens por ela. Em Vilagarcía, Ponte Vedra, Vigo, e A Coruña a resposta a estas reuniões esporádicas é a repressão, o assédio policial e o autoritarismo do poder. Agora decidem os concelhos, os alcaides e concelheiros, quando podemos passear pela cidade e quando não. Quando se nos permite passar por esta rua ou quando é "perigoso" que o façamos.

Porém, existe um raseiro de medir diferente em função de quem use os espaços públicos. Não existem tais problemas quando são as festas e espetáculos de Entrudo ou Natal organizadas pelos concelhos as que ocupam a rua. Mas, claro, têm patente de corso ao contarem com respaldo institucional. Neste caso, são plenamente aceites malá que o ruído e o volume de desperdícios sejam similares ou maiores que os do botelho. Mas não só: Lembremos as homenagens ao exército espanhol como a de A Coruña do 29 de Maio do ano passado, no que se cortou a livre circulação de multidão de ruas e espaços públicos para render pleitesia aos fascistas genocidas da ditadura franquista, ou quando ocorre o próprio com a visita dos Reis de Espanha ou qualquer outra "pessoalidade" que não pode compartilhar rua com o populacho. É claro que governos e governinhos não têm problema em que se ocupem as ruas, o verdadeiro problema está em quem as ocupa, e em quem recai as decisões de permiti-lo ou não.

Fai-se evidente que o controlo e a repressão da juventude é a dia de hoje uma prioridade. Não só pelo recente plano de vigiância e seguimento social aprovado pelo ministério de Interior espanhol, senão pela propaganda mediática e as respostas que têm fenómenos sociais como o este, no que o poder adulto decide excluir-nos socialmente, fazer de nós um corpo social aparte com menos direitos e submetido a maior controlo. Numha situação de precariedade e incertidão brutais para @s jovens, as práticas de ócio alienantes como o consumo de drogas (legais ou ilegais) são a regra, e um dos objectivos das reuniões do botelho. Se bem BRIGA defende um outro tipo de ócio para a juventude, activo, formativo e não alienante, não caemos no reducionismo de classificar ao botelho como mais uma prática de alienação, se bem participe de esta em parte. O efeito socializador das reuniões nocturnas nestas praças é fulcral para a juventude, que além da procura dum divertimento fácil que faça esquecer as suas preocupações mais acuciantes e imediatas (problemas familiares, dificuldades económicas, falta de expectativas vitais, etc.) precisa dum ponto de encontro e socialização onde encontrar a amig@s e companheir@s com @s que passar um bom momento. Não esqueçamos que a dinâmica de discotecas e pubs impede em grande medida este factor socializador que é um dos pontos definitórios do botelho. De facto, proprietários de locais de movida nocturna nos cascos velhos das cidades soem ser os primeiros em reclamar medidas contra o botelho nestas zonas, mas tememo-nos que as razões são mais bem lucrativas e não sociais.